



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 34ª reunião Ordinária

1 No dia quatorze de novembro de dois mil e dezessete, às dez horas, membros do Conselho
2 reuniram-se na sala de reuniões do Centro Público da Economia Solidária – Avenida Rio de Janeiro,
3 1278 (Esquina com JK) para a 34ª Reunião Ordinária deste Conselho, Gestão 2017/2021 com a
4 seguinte pauta: 1) Apresentação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres e propostas da
5 IX Conferência CMDM; 2) Formação das coordenações das comissões do CMDM; 3) Reunião do
6 mês de dezembro CMDM; 4) Informes gerais; 5) Encerramento. Estavam presentes as (os)
7 conselheiras (as): Sandra Aparecida Ferrer Flor; Antônia Francisca de Araújo; Maria Marcia
8 Ferreira; Marilda Francisca Camargo; Tereza Mendes de Souza; Leila de Castro M. Murari;
9 Amanda Gaion Pedro; Juliana Gonçalves Moreno; Meire Ellen Moreno; Bett Claidh Nascimento;
10 Nágila Hassan Slaibi; Marselle Nobre de Carvalho; Andrea Bastos Ramondini Danelon; Leda Maria
11 Araújo; Luciana Mazzaroto Negrini; Alexander Korgut; Nanci Skau Kemmer de Moraes; Lucimar
12 Rodrigues da Silva. Justificaram a ausência as seguintes conselheiras/os: Rosalina Baptista; Zilda
13 Maria Cavalarin; Elza Pereira Correia; Lindelma Furtado de M. Chionpato. A reunião teve início
14 com a Vice-Presidente Nanci justificando as ausências das conselheiras/os que solicitaram. Em
15 seguida a conselheira Lucimar solicitou a inclusão de ponto de pauta a pedido da conselheira
16 Juliana que iria chegar somente próximo ao horário do almoço, pois estava trabalhando e a
17 assessora de planejamento da SMPM Elaine também solicitou ponto de pauta sobre a questão da
18 representatividade do conselho da mulher no Grupo de Acompanhamento da Revisão do Plano
19 Diretor. Sendo aprovado pelas conselheiras/os presentes a inclusão dos dois pontos de pauta.
20 Passou-se a palavra para Elaine apresentar o Plano Municipal, relatando a importância da
21 construção do mesmo e da parceria com o conselho. O plano implica estratégia para o conselho
22 acompanhar as ações desenvolvidas pela SMPM. Trata-se de um instrumento político e de gestão,
23 de forma a levar as demandas das mulheres para as políticas públicas. O plano nacional era dividido
24 em 10 eixos e mais o monitoramento e gestão. Dentro desses eixos o CMDM de Londrina, desde a
25 VII Conferência, passou a trabalhar com 04 eixos principais: 1) Enfrentamento de Todas as Formas
26 de Violência contra as Mulheres; 2) Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos; 3)
27 Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia e de todas as formas de discriminação; 4)
28 Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho com Inclusão Social. A conselheira
29 Tereza falou que é importante ter articulação com os demais conselhos. A conselheira Nanci coloca
30 que cada comissão deve avaliar a necessidade de articulação e trazer para plenária e sendo
31 aprovado, a comissão poderá ir participar e levar a discussão no outro conselho. Com relação ao
32 ponto das comissões, Elaine leu os nomes das conselheiras já inscritas nas comissões e abriu para as
33 outras/os colocarem seus nomes. Elaine enviará por e-mail a data e horário da 1ª reunião das
34 comissões para este ano. A conselheira Nanci faz a proposta de na próxima reunião que seja
35 utilizado 01 horas da reunião do conselho para que as comissões possam se reunir antes. Com
36 relação ao horário da reunião do conselho do mês de dezembro ser no período da tarde, foi
37 deliberado pela plenário que não deve ser mudado o horário e que quando for a tarde, as
38 conselheiras Leda e Nágila ofereceram o espaço da Biblioteca Central e Sindicato dos Bancários.
39 Outro ponto de pauta do conselho é sobre a representatividade do conselho no plano diretor, que
40 fará parte do grupo de acompanhamento e o IPPUL mandou oficialmente solicitando
41 representantes. Foi escolhido as conselheiras Marselle Nobre de Carvalho e Meire Ellen Moreno.
42 Elaine ficou de avisar quando for agendado a reunião. Com relação ao ponto de pauta solicitado
43 pela conselheira Juliana, a mesma leu o documento encaminhado pela procuradoria do município
44 recomendando a sua substituição por entenderem que, pelo fato de ser conselheira tutelar não
45 poderia participar deste Conselho, mesmo representando a sociedade civil, e o ofício da Comissão
46 Diretora solicitando sua substituição no conselho. Juliana colocou que o CMDCA não foi
47 consultado e nem ela também. Destacou que promotores e juízes têm liminares que dizem que os
48 conselheiros têm que ter dedicação exclusiva, ou seja, sem descanso. A conselheira falou que vai



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 34ª reunião Ordinária

49 procurar seus direitos, que seu lugar vai ser substituído por outra pessoa. A conselheira Nanci
50 relatou todo o processo realizado e qual foi a decisão da mesa diretora, de forma a resguardar a
51 conselheira. A conselheira Meire destacou que, não concorda com a forma que foi apresentado o
52 processo. Destaca a questão do silenciamento de vozes. A conselheira Tereza pergunta se passou
53 antes pela plenária do conselho. A conselheira Nágila destacou que o conselho deveria ser avisado a
54 conselheira da situação. A conselheira Maria Márcia destacou que, a mesa diretora, pode tomar
55 decisões sem passar pela plenária e que no conselho de saúde é desta forma também, as vezes fazem
56 trocas de conselheiras sem aviso. A conselheira Bett colocou que, ela não pode participar porque
57 faz parte do conselho tutelar e que isso está parecendo mais perseguição e o processo deve ser
58 analisado com mais atenção e com respeito. Elaine relatou que, houve uma consulta à procuradoria
59 e diante da resposta a mesa diretora tomou a decisão de encaminhar à Organização que a
60 conselheira representa, um pedido de substituição. A conselheira Marselle fala que o documento da
61 procuradoria traz ofensas machistas e que deve ser solicitado uma pauta ou mandar um documento
62 contra o modo que eles se colocaram. A conselheira Lucimar explicou que, o trâmite do documento
63 da Juliana foi feito desta forma de forma a resguardar a integridade física dela. A conselheira Nanci
64 destacou que a Secretaria tem autonomia de solicitar informações e orientação à Procuradoria,
65 quando há dúvidas quanto a questões de legalidade, quando aparece alguma situação como essa da
66 conselheira. Teresa Mendes sugeriu que este assunto volte para a pauta da próxima reunião. Após as
67 discussões apresentadas encerrou esta reunião. Nada mais havendo a tratar eu, Lucimar Rodrigues
68 da Silva Alves, 1ª secretária, lavrei a presente ata.